

**A CONSTRUÇÃO DE PRODUTO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
uma discussão sobre inclusão e educação de qualidade para todos**

Daniele de Souza Farias¹
Alysson André Régis Oliveira²

Resumo: Este estudo teve o objetivo de analisar a construção de um produto educacional voltado à inclusão e ao ensino de qualidade na Educação Profissional. Para isso, analisou-se o *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”, produto educacional oriundo da dissertação “A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. Como metodologia, utilizou-se de pesquisa descritiva e exploratória com análise qualitativa. O *ebook* foi construído e aplicado em contexto real, em sala de aula do Ensino Médio Integrado do IFPB – Campus João Pessoa, de forma expositiva, com diálogos para a sensibilização dos discentes quanto à temática, mostrando a relevância da discussão sobre inclusão e da busca de uma educação de qualidade para todos. Após a análise dos dados da pesquisa, verificou-se que a construção de um *ebook* voltado à disseminação das normativas orientadoras para práticas inclusivas na educação profissional, com destaque para direitos e responsabilidades de educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado, pode ser contributivo para a ampliação de conhecimentos dos educandos, para reflexões e práticas educativas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Profissional. Inclusão Educacional. Práticas Educativas.

**PRODUCT CONSTRUCTION IN PROFESSIONAL EDUCATION:
a discussion on inclusion and quality education for all**

Abstract: This study aimed to analyze the construction of an educational product aimed at inclusion and quality teaching in Professional Education. To this end, the ebook entitled “Legal guidelines for inclusive practices in professional education” was analyzed, an educational product originating from the dissertation: “Inclusion at the Federal Institute of Education of Paraíba – Campus João Pessoa: an analysis of inclusive educational policies and practices”, from the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), from the Federal Institute of Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. As a methodology, descriptive and exploratory research with qualitative analysis was used. The ebook was constructed and applied in a real context, in the Integrated High School classroom at IFPB – Campus João Pessoa, in an expository way, with dialogues to raise awareness among students regarding the topic, showing the relevance of the discussion on inclusion and the search of quality education for all. After analyzing the research data, it was found that the construction of an ebook aimed at disseminating guiding regulations for inclusive practices in professional education, with emphasis on the rights and responsibilities of students with disabilities in Integrated High School, can be contributory to the expansion of knowledge of students, for reflections and inclusive educational practices.

Keywords: Professional Education. Educational Inclusion. Educational Practices.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFPB. Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPB; Graduada em Letras- Língua Portuguesa-UFPB; Especialista em Educação Inclusiva- IFRN. Professora de Atendimento Educacional Especializado no Município de Cabedelo- PB. Email: fariasdaniele1@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Administração na linha de pesquisa Estratégias Organizacionais e Gestão de Pessoas pela (UFPB). Bacharel em Administração (UFPB). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), IFPB, João Pessoa. E-mail: alysson.oliveira@ifpb.edu.br

CONSTRUCCIÓN DE PRODUCTOS EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL: una discusión sobre inclusión y educación de calidad para todos

Resumen El objetivo de este estudio fue analizar la construcción de un producto educativo dirigido a la inclusión y a la calidad de la enseñanza en la formación profesional. Para ello, se analizó el ebook titulado «Orientaciones legales para prácticas inclusivas en la educación profesional», producto educativo resultante de la disertación: «Inclusión en el Instituto Federal de Educación de Paraíba - Campus João Pessoa: un análisis de las políticas y prácticas educativas inclusivas», del Programa de Maestría Profesional en Educación Profesional y Tecnológica (ProfEPT) del Instituto Federal de Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. La metodología utilizada fue la investigación descriptiva y exploratoria con análisis cualitativo. El ebook fue construido y aplicado en un contexto real, en un aula de Enseñanza Media Integrada del IFPB - Campus João Pessoa, de forma expositiva, con diálogos para sensibilizar a los alumnos sobre el tema, mostrando la relevancia de la discusión sobre la inclusión y la búsqueda de una educación de calidad para todos. Después de analizar los datos de la investigación, se encontró que la construcción de un libro electrónico destinado a difundir las directrices para las prácticas inclusivas en la formación profesional, destacando los derechos y responsabilidades de los estudiantes con discapacidad en la Escuela Secundaria Integrada, puede contribuir a ampliar el conocimiento, la reflexión y las prácticas educativas inclusivas de los estudiantes.

Palabras clave: Formación profesional. Inclusión Educativa. Prácticas educativas.

Introdução

Atualmente, a temática da inclusão é debatida no mundo, visando a políticas, a ações que sejam condizentes com a igualdade de oportunidades, levando em conta as diversidades humanas, o reconhecimento do outro, das especificidades na sociedade.

O aumento do acesso de estudantes à educação ainda precisa ser discutido e buscado, pois ainda faz parte da realidade brasileira o contexto de oportunidades desiguais, pessoas que estão sendo excluídas, que foram segregadas, tendo seu direito à educação negado, como aquelas com deficiência.

Historicamente, pessoas com deficiência têm sido excluídas. A busca pelo rompimento destas exclusões é extremamente significativa, percebendo tais indivíduos como capazes, possibilitando o acesso aos ambientes diversos e a permanência neles.

O Brasil, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui quase 46 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 24% da população com algum tipo de deficiência. Estes dados quantitativos apontam a necessidade de ações do governo, das diversas instituições sociais e da população como um todo, para que as pessoas sejam realmente incluídas, tendo acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer.

Ainda neste sentido, estes dados apontam a importância de políticas, ações inclusivas

que abracem as demandas sociais das pessoas que possuem deficiência e precisam ter seus direitos garantidos.

De acordo com Carvalho (2014), o direito precisa ser percebido a partir do contexto histórico e social:

O direito é um fenômeno histórico, social, dinâmico. Para compreendê-lo é necessário entender o contexto histórico que o produziu. Assim, o direito à educação como todos os outros direitos é o resultado de lutas e de conquistas, originado a partir das condições internas e externas de um espaço e de uma época. Se em um momento assistimos à ampliação das liberdades democráticas, temos uma expansão dos direitos e garantias. Se em outro vivenciamos a retração da democracia, abre-se espaço para um retrocesso das conquistas anteriores (Carvalho, 2014, p. 174).

Assim, ressalta-se a importância da garantia de educação para todos, não se permitindo retrocessos, numa luta para que todos tenham acesso aos espaços escolares, que possam participar com autonomia, percebendo-se enquanto partes significativas na construção da sua história e da sociedade.

A educação é direito de todos, garantido pelo texto constitucional brasileiro de 1988, no intuito de as pessoas terem direito à qualificação voltada ao trabalho e à prática cidadã. As instituições de educação podem ser, portanto, transformadoras para a valorização dos sujeitos e o alcance de direitos humanos, combatendo desigualdades e exclusões educacionais históricas. Neste sentido, este artigo partiu do seguinte problema: como a construção de produto educacional pode contribuir para a inclusão na educação profissional?

Diante do exposto, este estudo teve como o objetivo geral de analisar a construção de produto educacional voltado à inclusão e ao ensino de qualidade na Educação Profissional. E, visando ao alcance do objetivo geral, foram pensados os objetivos específicos que seguem: levantar percepções teóricas sobre a Educação Profissional e a construção de Produto Educacional; descrever teorias relevantes sobre educação inclusiva; refletir sobre produto educacional voltado à inclusão.

Metodologia

Para a construção deste artigo, utilizou-se de metodologia de pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa para interpretação e análise.

A pesquisa qualitativa tem como foco os problemas que envolvem a realidade sem ter como ponto central aspectos quantitativos, mas, sim, a compreensão de questões da sociedade, conforme destacam Silveira e Córdova (2009, p. 32): “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Desta forma, Minayo (2002) coloca que esta abordagem considera significados, motivos, objetivos, valores, ações, crenças, que não podem ser reduzidos a aspectos quantitativos ou variáveis: “corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p. 24).

Com relação ao tipo de pesquisa, quanto aos objetivos, este estudo é exploratório e descritivo.

No tocante à pesquisa descritiva, segundo Gil (2008 p. 28), elas têm o objetivo de estudar, descrever as características de determinado grupo ou fenômeno social, percebendo relações entre diversas variáveis: “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Desta forma, realizou-se a descrição, assim como a análise do produto educacional voltado à inclusão e ao ensino de qualidade na Educação Profissional, o *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”, produto oriundo da dissertação: “A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. A partir da construção do *ebook* e da sustentação teórica, a interpretação e a análise foram realizadas para o alcance dos objetivos deste estudo.

A Educação Profissional e a construção de Produto Educacional

No processo do Mestrado em Educação Profissional, segundo Zaidan, Reis e Kawasaki (2020), os mestrandos são incentivados a realizar reflexões de práticas, devendo estes apresentar dissertações e produtos educacionais como resultados do problema da pesquisa desenvolvida.

A elaboração de dissertação e produtos educacionais, conforme destacam estes autores, faz parte da especificidade, da formação, do fortalecimento da identidade do Mestrado em Educação Profissional a partir da construção de conhecimentos e da produção de recursos.

Os produtos educacionais, de acordo com Zaidan, Reis e Kawasaki (2020), apresentam-se como recursos didáticos para as instituições educacionais e, quando apresentados, têm revelado grandes potencialidades.

Os produtos educacionais produzidos pelo (a) s mestrando (a)s têm se apresentado às escolas como recursos didáticos. A realização de uma mostra anual de produtos, aberto ao público e às instituições de ensino, ainda em caráter experimental, apresenta grande potencial (Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020, p. 6).

Segundo Leite (2018), os mestrados profissionais da área de ensino seguem normas, regulamentos que trazem a necessidade de flexibilizar a Pós-Graduação para atendimento das demandas sociais que vêm ocorrendo, sejam mudanças a partir das tecnologias, da economia ou de aspectos sociais. Assim, conforme esta autora, os mestrados profissionais podem relacionar-se com áreas diversas, como educação, administração, ensino, e precisam gerar dissertações, artigos, produtos educacionais. Estes devem ser aplicados em espaços formais ou informais, onde acontece o ensino, podendo ser de variados tipos, tais como mídias educativas, protótipos, materiais educativos diversos, cursos de extensão, construção de aplicativos, entre outros.

Segundo as regulamentações legais citadas³, os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo

³ A autora cita a Portaria nº 47 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Portaria no 80/1998 do Ministério da Educação e Cultura – MEC e a portaria 83/2011 da CAPES, que orientam os mestrados profissionais no Brasil.

e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (Leite, 2018, p. 331).

Pode-se compreender, a partir de Leite (2018), que o produto educacional é parte integrante e consonante da pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado e deve seguir parâmetros, como validade, registro, uso em sistemas educativos, livre acesso, com todo o processo de construção do produto educacional e toda a vivência para a concretização relatados no trabalho final de conclusão do curso.

O tipo de produto educacional escolhido ao longo desta pesquisa, o *ebook*, surge a partir de estudos do curso do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – IFPB em diversos materiais teóricos sobre a educação inclusiva e da percepção da importância de os estudantes do Ensino Médio do IFPB – Campus João Pessoa terem acesso, de forma diferenciada, às normativas legais que tratam da defesa de uma educação inclusiva e de seus direitos garantidos por lei.

O produto educacional *ebook* é previsto pela área de Ensino da Capes, pois são citadas no Documento da área de Ensino (2016) as seguintes categorias:

Os produtos deverão ser registrados preferencialmente em formato digital (pdf ou outro) e estar com link disponível no site internet da instituição, e usar a tipologia com as seguintes categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. Todos os demais produtos serão contabilizados em relação ao número total, sem pontuação, exceto as seguintes atividades que receberão pontuação fixa: editoria, posfácio, prefácio, editorial, tradução de obras, patentes, organização de eventos, livros paradidáticos ou didáticos e artigos em revistas de divulgação científica (Brasil, CAPES, 2016, p. 14).

Dentre as categorias citadas, o *ebook* pode ser previsto como um material textual, um livro paradidático que pode ser contributivo enquanto complemento dos conhecimentos que os estudantes estão desenvolvendo ao longo de seu processo de aprendizagem.

O *ebook* planejado enquanto produto educacional desta pesquisa é previsto pela área de

ensino da Capes, existindo já alguns produtos educacionais de igual formato. Entretanto, tem como diferencial a temática e os objetivos, tratando de normativas legais em defesa da inclusão, do direito à educação para todos.

As propostas teóricas de educação inclusiva

A educação inclusiva, conforme a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 5), é um modelo de educação que reconhece o histórico de exclusão das pessoas com deficiência e tem como fundamento os direitos humanos.

Esta política destaca a necessidade de superar práticas de discriminações e compreende a educação inclusiva enquanto possibilidade de superação de exclusões e rompimento com discriminações, sendo importante repensar a organização, a estrutura, a cultura dos sistemas educacionais para o respeito às especificidades dos educandos: “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão” (Brasil, 2008, p. 5).

De acordo com Riboli e Pertuzzatti (2025), a concepção de educação inclusiva refletida na atualidade envolve reflexões sobre as práticas de inclusão nas escolas, refletindo sobre aspectos estruturais e pedagógicos, práticas educacionais que possibilitem a efetivação de uma escola acessível, equitativa e inclusiva para todos, com respeito a diversidade. Dessa forma, apontam que uma educação inclusiva deve possibilitar o acesso ao ensino regular, a participação e aprendizagem para todos os estudantes, valorizando a diversidade, reconhecendo as necessidades, habilidades e características individuais para desenvolvimento de aprendizagens.

Isto implica no rompimento de atrasos históricos, pois os estudantes com deficiência não tinham o direito garantido de frequentar o ensino regular. O acesso ao ensino regular é, portanto, uma conquista importante.

As pessoas com deficiência tinham o seu direito à participação social negado, não tendo acesso ao ensino escolar, à interação social, à construção de conhecimentos coletivamente. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, em seu artigo 58, verifica-se a mudança de percepção sobre a educação para pessoas com deficiência. Assim, a modalidade de educação especial possibilita a oferta de ensino para este público na rede regular (Brasil, LDB, 2017, p. 39).

A educação inclusiva, segundo Érika Lourenço (2010), refere-se a um modelo educacional para o acolhimento de todos. Segundo o Unicef (2013), a tal proposta educativa tem como destaque a aprendizagem de todos com significado e apoio necessário para estudantes com deficiência. Assim, é um desafio para as instituições educacionais a busca da garantia de que todos os educandos tenham o direito à aprendizagem.

Deste modo, a educação inclusiva é aquela que acolhe a todas as diversidades e possibilita a construção de aprendizagens significativas. Já Peterson e Hittie (2010) entendem a educação inclusiva enquanto parte de um movimento social de luta por inclusão nos mais variados espaços da sociedade.

De acordo com a perspectiva de Oliveira *et al.* (2019, p.6), a educação inclusiva envolve um processo amplo para transformações dos sistemas e serviços, visando a um ensino inclusivo, sendo as políticas públicas um norte para teorias e propostas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes.

A partir de Maria Teresa Egler Mantoan (2022), pode se compreender a defesa de um sistema educacional brasileiro que se modifica, se transforma constantemente para o fornecimento de um ensino inclusivo. Nesse sentido, destaca o direito a uma educação de qualidade para todos os alunos com acesso incondicional as salas de aula para que os estudantes aprendam com interação, participação, com respeito as diversidades, desenvolvendo capacidades, habilidades, conforme as necessidades de cada educando.

De acordo com Mantoan (2022), as instituições educacionais precisam ser um espaço de aprender a viver, de respeito ao outro, de expressão de ideias com autonomia, que além do acesso os estudantes tenham permanência na escola, sendo eliminadas as barreiras impeditivas para assegurar o direito a aprendizagem significativa e a inclusão educacional: “Tais barreiras têm a ver com os modos de: disponibilizar os conhecimentos, de avaliá-los, de dar condições materiais, pedagógicas e oferecer recursos, para que os direitos de ingresso e permanência nas escolas sejam assegurados aos alunos” (Mantoan, 2022, p. 8).

Assim, são necessárias práticas significativas, equitativas, inclusivas, repensando a estrutura das instituições educacionais, o plano educacional, o currículo, as culturas para que efetivamente aconteçam práticas educativas inclusivas para atendimento das diversidades, rompendo com barreiras que impeçam que os direitos dos estudantes sejam garantidos.

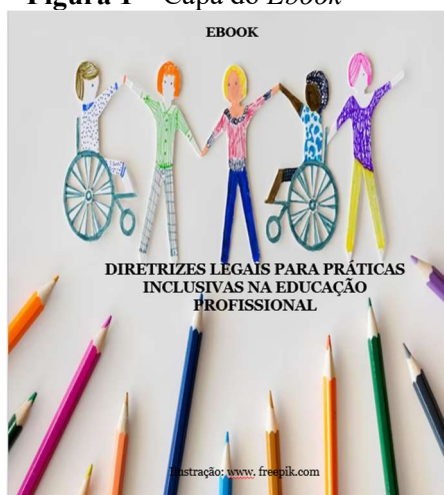
Resultados e discussões

A construção de produto educacional voltado à inclusão

O produto educacional construído foi um *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional”. Ele visa auxiliar estudantes com deficiência para a compreensão de leis, direitos e deveres de uma forma lúdica, com linguagem clara e de fácil entendimento para a compreensão de pontos importantes destacados nas leis.

O *ebook* contém capa com imagem representativa da educação inclusiva, título, sumário, folha com o editorial dos nomes das pessoas envolvidas na sua construção e apresentação, explicando que a sua produção faz parte de ações do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, percebendo-se a importância de que os estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa tenham acesso ao conhecimento das leis que tratam dos direitos da pessoa com deficiência.

Figura 1 – Capa do *Ebook*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O design do *ebook* foi construído a partir do Power Point e do site [www. freepik.com](http://www.freepik.com), onde foram selecionados vetores para ilustrar os conhecimentos, que o deixaram num formato atrativo e com imagens representativas da inclusão de pessoas com deficiência.

A construção do produto educacional foi pensada a partir dos sujeitos da pesquisa, considerando as falas, as ideias, as vivências, as necessidades de educandos com deficiência do

Ensino Médio Integrado do IFPB, Campus João Pessoa, de práticas educativas, experiências de Professores e profissional da COAPNE que atuam no referido instituto. Também foram baseadas nas leituras, fundamentações teóricas sobre a educação inclusiva, políticas públicas e práticas educativas inclusivas, educação profissional, entre outros conhecimentos que sustentaram a pesquisa.

O *ebook* contém pontos importantes das normas legais que tratam da inclusão no país, no intuito de disseminar direitos e responsabilidades da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), visando à orientação da comunidade acadêmica, que precisa ter conhecimentos dos seus direitos garantidos por lei.

O conhecimento das normativas legais é extremamente importante para a busca de garantia dos direitos existentes nas leis, percebendo-os no acesso ao ensino básico nas instituições educacionais públicas, como também a defesa de ações inclusivas, diferenciadas, que permitam a igualdade de acesso às aprendizagens necessárias e respeito às diferenças de cada educando na sua especificidade.

Nesse sentido, Mantoan (2022), defende a garantia do direito a educação para todos em instituições educacionais, o direito ao acesso, a permanência e a práticas educativas inclusivas que permitam o desenvolvimento de conhecimentos relevantes com respeito a diversidade de educandos, para que todos possam aprender sem exclusões.

Este *ebook* foi construído por meio do Microsoft Word e Power Point e será disponibilizado em formato de arquivo PDF, depositado na Plataforma EDUCAPES e registrado como produto educacional vinculado à dissertação: “A inclusão no Instituto Federal de Educação da Paraíba – Campus João Pessoa: uma análise de políticas e práticas educativas inclusivas”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa.

O objetivo principal dele é fornecer, com uma linguagem clara, de fácil entendimento, ideias gerais sobre direitos e deveres da pessoa com deficiência existentes nas normativas legais nacionais e do IFPB – Campus João Pessoa, levando conhecimentos importantes para os estudantes do Ensino Médio desta instituição, tendo por base os fundamentos legais da educação inclusiva e o entendimento de que este produto pode ser um instrumento estratégico no tocante à disseminação de conhecimentos importantes para a inclusão educacional.

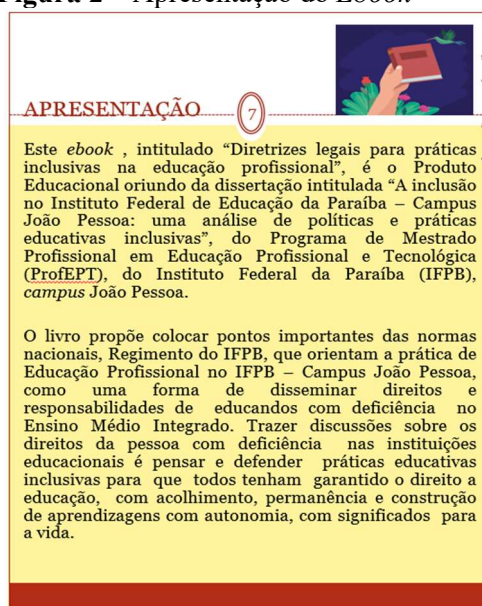
O fato de o produto educacional ser em formato digital justifica-se no sentido de maior facilidade no acesso para discentes e docentes que desejem utilizá-lo enquanto um instrumento complementar para ações inclusivas. Também poderá ser utilizado como material de apoio por toda a comunidade acadêmica e por todas as pessoas que se interessam por inclusão social.

Normativas contempladas no Produto Educacional

Algumas normativas contempladas no *ebook* são: Constituição Federal Brasileira (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002; Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001; ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990; Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, de 06 de julho de 2015; Lei nº 13.146 (2015); Lei nº 10.436, de 2002, entre outras.

Ele contém 16 seções que começam a partir da apresentação do que se propõe com o livro.

Figura 2 – Apresentação do Ebook



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Seção I traz a Constituição de 1988 e a defesa de uma educação para todos.

A Seção II apresenta o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, reforçando o direito à educação para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

A Seção III coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), que reconhece a educação especial enquanto modalidade de educação, a qual deve acontecer nas instituições educacionais voltadas a educandos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, também para aqueles que têm altas habilidades.

Já a Seção IV traz as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), destacando que o Projeto da Nação voltado à educação brasileira tem como fundamento o respeito e a valorização das diferenças. A Seção V apresenta a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Já Seção VI expressa a Lei nº 10.436 de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e traz o reconhecimento desta enquanto forma legal de comunicação.

A Seção VII salienta o Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, no que diz respeito à obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

Na Seção VIII, são descritos pontos do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, apontando a necessidade de as instituições educacionais serem inclusivas.

A Seção IX, Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001, trata da busca da eliminação de discriminações contra pessoas com deficiência.

Já a Seção X, Resolução Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº 1/2002, determina que instituições de ensino superior devem manter uma organização curricular com foco no ensino e na aprendizagem, no acolhimento da diversidade.

A Seção XI traz o objetivo da Política Nacional de Educação Especial – PNEE, na perspectiva da educação inclusiva (2008), de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

A Seção XII destaca a Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência na busca para assegurar direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à inclusão social e à cidadania.

A Seção XIII apresenta pontos do Regimento Geral do IFPB (Resolução nº 144/2017), ofertado a partir de valores humanísticos e da união de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A Seção XIV mostra a Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015 do IFPB, que tem, como princípios norteadores, a busca por justiça social, equidade e cidadania.

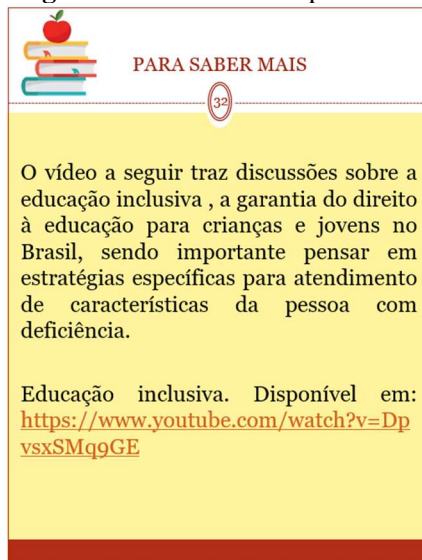
Espera-se que este produto educativo possibilite discussões e reflexões importantes sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência, provocando sensibilizações para a ampliação de práticas educativas inclusivas, buscando a garantia do acesso, acolhimento, respeito à diversidade e construção de conhecimentos com significado para todos.

A Seção XV traz a Resolução AR 32/ 2020, o Plano de Acessibilidade dos estudantes com deficiência do IFPB, que direciona para práticas educativas inclusivas, apontando sugestões para atuação com os estudantes que necessitam de adaptações para desenvolver aprendizagens. A Seção XVI apresenta informações da Coordenação de Assistência às Pessoas com necessidades específicas (COAPNE) – IFPB, Campus João Pessoa que atua para rompimento das barreiras que impedem a inclusão, buscando o educar para a diversidade.

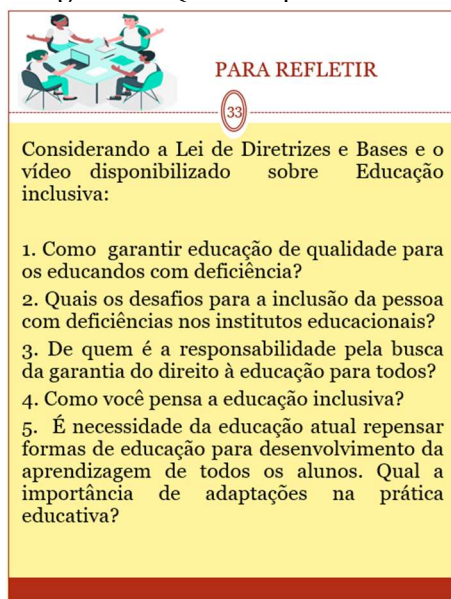
Figura 3 – Texto ilustrado no *Ebook*



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 4 – Material complementar

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 5 – Questões para reflexão

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os conhecimentos foram ilustrados com figuras ao longo de todo o *ebook*, deixando-o mais atrativo aos leitores. No final de cada seção, são informados materiais complementares e questões para reflexões que podem servir de ponte para discussões na prática pedagógica em sala de aula e em outros espaços que abordam a temática inclusiva.

Com o intuito de verificar a efetividade do produto educacional construído, o *ebook* foi

aplicado em contexto real de sala de aula presencial do Ensino Médio Integrado do IFPB, Campus João Pessoa, conforme se descreve a seguir.

Aplicação e avaliação do produto educacional

O produto educacional foi aplicado no dia 10 de outubro de 2023 em sala de aula presencial, junto a estudantes do Curso de Contabilidade. Assim, o *ebook* foi apresentado, colocando o que o livro propõe, a sua importância, os conhecimentos de cada seção de uma forma geral, destacando que contém materiais complementares e questões reflexivas no final de cada seção, tendo sido entregue, na ocasião, de forma impressa para todos os educandos da turma, salientando, entretanto, que seria, posteriormente, disponibilizado de forma virtual.

Ao longo da apresentação, a professora fez várias falas sobre a importância da inclusão. Os alunos demonstraram interesse e sensibilidade sobre a temática.

A escolha do Curso para aplicação do PE aconteceu em virtude da disponibilidade da professora, que foi muito acolhedora e nos permitiu um horário de sua aula, para que fosse apresentado o *ebook* aos discentes. A aplicação deste produto justifica-se em qualquer curso em virtude de a inclusão ser temática transversal, sendo de responsabilidade de todos, conforme a Constituição Federal, na busca da garantia da educação para todos.

Ao final da apresentação, os estudantes receberam um instrumento avaliativo para que pudessem avaliar o produto educacional. Todos os presentes participaram, responderam e devolveram o instrumento. Ao devolvê-lo, vários agradeceram pelo momento e afirmaram gostar muito da temática. As percepções dos educandos serão descritas a seguir.

Para a avaliação do produto educacional, foi proposto um roteiro com questões, de modo que, após análise do material educativo “*Ebook: Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional*”, o estudante fizesse as leituras das questões e marcasse “sim” ou “não” para cada resposta ao questionamento, disponibilizando-se espaço também para se posicionar de forma livre sobre as suas percepções.

A avaliação dos 15 educandos participantes permitiu perceber a aplicabilidade do *ebook* em contexto real e com potencial para a aplicação do produto educacional construído.

As respostas dos educandos se assemelham. Sendo assim, foi possível perceber, quanto à Estética e à Organização do Material Educativo, que os estudantes concordam haver diálogo

entre o texto e as imagens e que o texto se apresenta de fácil leitura e compreensão, com letras legíveis e adequadas, assim como demonstra respeito à diversidade, podendo um futuro aplicador conseguir compreender a linguagem e aplicá-lo com facilidade, com uso de reflexões e questionamentos. Os materiais complementares, no final de cada seção, também foram percebidos como interessantes para a compreensão dos assuntos abordados.

No que diz respeito à divisão do material educativo, o produto foi considerado pelos educandos como coerente com o que se propõe, colocando pontos importantes das normas nacionais e do Regimento do IFPB, que orientam a prática de Educação Profissional no IFPB – Campus João Pessoa como uma forma de disseminar direitos e responsabilidades de educandos com deficiência no Ensino Médio Integrado.

Os educandos também confirmaram, com suas respostas, que o *ebook* pode ser utilizado em turmas do Ensino Médio Integrado, conforme a orientação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual orienta os sistemas de ensino a trabalharem a temática da inclusão enquanto transversal. Outro ponto importante, com o qual os estudantes estão de acordo, é que o *ebook* produzido terá baixo custo para aplicação, visto que será disponibilizado de forma gratuita e *online*.

No que diz respeito à escrita do material educativo, os estudantes marcaram a opção na qual se afirma que o *ebook* apresenta uma escrita acessível, com linguagem clara, letras grandes e fáceis de entender, estando as ideias colocadas de modo fácil ao entendimento dos conhecimentos trabalhados nele e que, mesmo um educador que não possua formação específica na área de inclusão, não sentirá dificuldade de compreendê-lo e utilizá-lo.

Sobre o conteúdo do material educativo, os educandos demonstraram, com suas respostas, que é adequado ao público-alvo a que se destina, aos educandos do Ensino Médio Integrado, e a forma como é apresentado o material complementar também é clara e de fácil entendimento. Acharam também interessante a forma como está organizado o *ebook*, com imagens, material complementar e questões para reflexões, podendo ser utilizado em instituições educacionais.

Quanto às atividades presentes no material educativo, os educandos concordaram que as atividades estão adequadas para estudantes do Ensino Médio e que as questões no final de cada seção permitem reflexões, podendo, portanto, ser utilizadas no Ensino Médio.

Com relação à criticidade do material educativo, os estudantes também confirmam, em suas respostas, que as atividades propostas estimulam reflexões para a inclusão social, podendo contribuir com a formação humana de alunos do Ensino Médio Integrado, sendo possível, portanto, ser aplicado em contexto real em instituições de educação profissional.

Quanto à contribuição para o aperfeiçoamento do *ebook*, alguns posicionamentos foram: “Eu gostei bastante, Parabéns pelo trabalho!”; “É importante adicionar atividades que entrem os leitores”; “Achei perfeito. Principalmente vem olhar para a inclusão, a qual muitas vezes é deixada de lado”; “melhorar as referências, não colocando links tão grandes” (Educandos IFPB, 2023).

Apenas um estudante cita que era importante não deixar os *links* tão grandes nas referências. Ele estava se referindo à página dos créditos. Neste sentido, não houve como evitar a extensão dos *links*, pois estes foram disponibilizados em observância à forma como os sites os informaram ao dar os créditos a cada imagem. Sendo assim, o resultado da avaliação foi muito positivo, e os educandos gostaram muito da temática e do *ebook* apresentado na aula, o que demonstra ser significativo o produto para a prática educativa no Ensino Médio Integrado.

Considerações finais

O produto educacional foi construído na forma do *ebook* intitulado “Diretrizes legais para práticas inclusivas na educação profissional” e pensado a partir dos sujeitos da pesquisa, considerando as ideias, as necessidades de educandos com deficiência do Ensino Médio Integrado do IFPB, *Campus* João Pessoa, como também de práticas educativas de professores e experiências de profissional da COAPNE.

O *ebook* aborda pontos importantes das normas legais brasileiras que tratam da inclusão no país, regimento do IFPB, com o objetivo da disseminação de direitos e responsabilidades da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para que os conhecimentos sejam disseminados e contributivos a práticas educativas inclusivas.

Os educandos com deficiência compreenderam que um *ebook* sobre políticas e orientações acerca de práticas educativas inclusivas, com direitos e deveres da pessoa com deficiência, é importante para a inclusão. Os professores consideraram que o *ebook* sobre políticas inclusivas seja um instrumento importante de apoio nas práticas educativas. Também

afirmaram que é uma excelente iniciativa e que pode provocar melhorias no que diz respeito à inclusão no IFPB.

Este produto foi aplicado e avaliado por turmas de estudantes do Ensino Médio Integrado do IFPB, do Curso de Contabilidade, os quais demonstraram, em suas respostas, que o livro é significativo e tem potencial para ser utilizado na prática educativa com educandos do Ensino Médio Integrado.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Documento de área**. Ensino Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Diretoria de Avaliação, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 05 abr. 2022

BRASIL. **Decreto n° 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto N° 5. 626, de 22 de dezembro de 2005.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 16. jan. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 16. jan. 2020.

BRASIL. **Lei n° 13. 146, de 6 de julho de 2015.** Presidência da República, Secretaria Geral-Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001.** Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Direitos Humanos e Educação: A formação docente como um direito. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa (org.). **Educação em direitos humanos e educação para os direitos humanos.** João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/Educa%C3%A7%C3%A3o-em-e-para-DH.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

FREEPIK. **Gráficos vetoriais.** Disponível em: <https://br.freepik.com>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GATTERMANN, Beatris; POSSA, Leandra Boêr. Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1632-1651, out./dez, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/503415>. Acesso em: 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Conheça o Brasil – População – Pessoa com deficiência. **Censo 2010**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 21 maio 2021.

INTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução AR 32/2020- CONSUPER/DAAOC /REITORIA/IFPB**, 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prac/acoes-inclusivas/legislacao-e-documentos-pertinentes/plano-de-acessibilidade-ifpb.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

INTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 144, de 11 de agosto de 2017**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/resolucao-no-144.pdf/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

INTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 246, de 18 de dezembro de 2015**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Conselho Superior, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/guarabira/noticias/2016/09/eleicoes-para-conselho-diretor-do-campus-guarabira/estatuto-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas – Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 28 jul. 2021.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Uma escola hospitaleira**. Revista Estudos Aplicados em Educação, v.7, p. 5-14, 2022. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8589. Acesso em: 22 out. 2025.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Elinalva Alves; SANTOS, Geandra Claudia Silva; MATOS, Izabeli Sales; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro Costa. **Educação especial**. 1. ed., Fortaleza, UAB/UECE 2019.

PETERSON, J. M; HITTIE, M. M. **Inclusive teaching: the journey towards effective schools for all learners**. 2nd ed, 2010.

RIBOLI, Cesar; PERTUZZATTI, Mariluz Terezinha. **Educação Especial Inclusiva e Políticas Públicas: Avanços, Desafios e Perspectivas**. Rev. Bras. Ed. Esp., v31, Corumbá,

2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/DXkgzYYhgWbDRvzxVZHvdhc/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 28 out.2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. [Orgs.]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:

<https://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. de F. R.; KAWASAKI, T., F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 16, n. 35, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1707>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Submissão em: 31.05.2024

Aceito em: 08.01.2026

Citações e referências
conforme normas da:

